

REFLEXÕES SOBRE A TERAPIA OCUPACIONAL E O USO DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA EM CONTEXTOS DE VIDA DIÁRIA

potencialidades, experiências e desafios

Mariana Gurian Manzini¹

Miryam Bonadiu Pelosi²

Claudia Maria Simões Martinez³

COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E/OU ALTERNATIVA: CONCEITO, SURGIMENTO, EXPANSÃO E PECULIARIDADES

A Tecnologia Assistiva (TA) engloba áreas de comunicação suplementar e/ou alternativa, adaptações de acesso ao computador, equipamentos de auxílio para visão e audição, controle do meio ambiente, adaptação de jogos e brincadeiras, adaptações da postura sentada, mobilidade alternativa, próteses e órteses.⁴ Dentre as áreas que a Tecnologia Assistiva abrange, neste capítulo será evidenciada a comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA), a qual é definida pelo uso de gestos, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos (fotos, figuras, objetos, entre outros), voz digitalizada ou sintetizada.⁵

1 Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: mariana_gurian@yahoo.com.br.

2 Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: miryam.pelosi@gmail.com.

3 Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: claudia@ufscar.br.

4 King (1999).

5 Von Tetzchner e Martinsen (2000), von Tetzchner (1997), von Tetzchner et al. (2005), Pelosi (2011).

Para von Tetzchner e Martinsen e Pelosi,⁶ a CSA possui um grupo integrado de componentes que auxiliam no desenvolvimento da comunicação. São eles:

- *Símbolos*: representações de objetos, pessoas, ações, relações e conceitos utilizados para expor o pensamento. Podem ser visuais, auditivos, gráficos, gestuais, expressões faciais, movimentos corporais e táteis.
- *Recursos*: objetos ou equipamentos utilizados para transmitir as mensagens desejadas. Pode-se citar como recursos as pastas, livros, fichários, aventais, comunicadores de voz, dispositivos móveis e computadores. Estes podem ser divididos em recursos de alta e de baixa tecnologia.
- *Estratégias*: modo como os recursos são usados durante a interação face a face. As estratégias adotadas resultam da demanda, necessidade e habilidades individuais de cada sujeito.
- *Técnicas de seleção*: maneira que a pessoa seleciona os símbolos no seu recurso alternativo de comunicação. Pode-se citar como técnicas a seleção direta por meio do apontar, a seleção pelo olhar, a técnica de varredura e a codificação.

A comunicação suplementar e/ou alternativa constitui-se como uma área de caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar⁷ que abrange profissionais de diferentes campos de conhecimento (educação, saúde, linguagem, engenharia e informática): terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, educadores especiais, pedagogos, psicólogos, engenheiros, protéticos, enfermeiros, entre outros.⁸ Esses profissionais utilizam os recursos alternativos de comunicação com pessoas que apresentam comprometimentos na oralidade, escrita ou gestualidade.⁹ De acordo com a American Speech Language Hearing Association (1989), a comunicação alternativa objetiva compensar, temporária ou permanentemente, a incapacidade ou deficiência do indivíduo com desordem severa de comunicação oral ou escrita.

6 Von Tetzchner e Martinsen (2000), Pelosi (2005, 2009, 2011).

7 Chun (2009).

8 Pelosi (2005), Deliberato e Manzini (2006), Chun (2009).

9 Chun, Reily e Moreira (2015).

A prática da comunicação suplementar e/ou alternativa teve início nos anos 1950 nos Estados Unidos, Canadá e Europa.¹⁰ No Brasil, iniciou-se no final da década de 1970 em São Paulo e Rio de Janeiro.¹¹ Mais especificamente em São Paulo, o emprego da comunicação alternativa deu-se em 1978 com o Sistema Bliss de Comunicação, na Associação Educacional Quero-Quero de Reabilitação Motora e Educação Especial, um centro de habilitação que atendia pessoas com paralisia cerebral sem prejuízo intelectual.¹² Neste período, os principais usuários de CSA eram pessoas com deficiência neuromotora, comprometimento sensorio-motor, deficiência intelectual e autismo.

Neste contexto, na década de 1980, o sistema Bliss foi implementado na Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Niterói e, em especial, pela terapeuta ocupacional Nadia Browning na Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro. O sistema Pictogram Ideogram Communication (PIC) e o sistema Picture Communication Symbol (PCS) foram implementados em São Paulo e Florianópolis no final dos anos 1980.¹³ Usualmente, o PCS vem sendo o sistema mais utilizado,¹⁴ pois possui desenhos bidimensionais com relação idêntica com o objeto a que se refere.¹⁵

Nos últimos anos, após a tradução para a língua portuguesa do conjunto de pictogramas do Portal Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa (ARASAAC) e do site em que os aplicativos e símbolos são hospedados, observou-se a ampliação do uso destes símbolos em diferentes aplicativos desenvolvidos no Brasil, como o software Scala¹⁶ e o software Prancha Fácil.¹⁷

Muitos fatores influenciaram positivamente o surgimento e a expansão da comunicação suplementar e/ou alternativa em âmbito nacional e internacional, entre estes pode-se citar: o uso de pranchas com figuras para pessoas sem fala articulada, sistemas de sinais e gestos,

10 Pelosi (2000), Krüger et al. (2017).

11 Reily (2007).

12 Nunes (1999), Pelosi (2000).

13 Pelosi (2000).

14 Reily (2007).

15 Deliberato e Manzini (2006).

16 Santarosa (2010).

17 Pelosi et al. (2016).

acionadores, equipamentos para o controle do ambiente, constituição da ISAAC¹⁸ e ISAAC-Brasil.¹⁹

Outros fatores que auxiliaram na consolidação da comunicação complementar e/ou alternativa em âmbito nacional referem-se aos incentivos à legislação brasileira para a sistematização de políticas para garantia dos direitos de pessoas com deficiência na área da Tecnologia Assistiva e utilização de recursos de CSA. As leis 10.048/2000 e 10.098/2000 estabelecem normas para a promoção da acessibilidade física e comunicativa.²⁰ O parecer CNE/CEB 17 teve como objetivo o desenvolvimento de estudos na área da comunicação, a fim de buscar melhores recursos para auxiliar e ampliar a capacidade do público-alvo da educação especial de exercer de maneira plena a cidadania.²¹ No Decreto 5.296/04, surge o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), com o objetivo de fazer com que todas as pessoas com deficiência no Brasil pudessem ter acesso às tecnologias das quais precisavam para uma maior autonomia e igualdade de oportunidades.²²

Além dos avanços legais, os pesquisadores da área estão investindo significativamente em pesquisas e divulgando o conhecimento nos eventos específicos da área da comunicação alternativa. Até o momento a ISAAC internacional já organizou dezesseis conferências internacionais, as quais acontecem de dois em dois anos em diferentes países.²³ A ISAAC-Brasil já organizou sete eventos nacionais em diferentes regiões brasileiras: I Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa – Rio de Janeiro (2005); II Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa – Campinas (2007); III Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa – São Paulo (2009); IV Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa – Rio de Janeiro (2011); V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa em Gramado (2013); VI Congresso Brasileiro de Comuni-

18 Organização inaugurada em 1983 com o objetivo de promover o intercâmbio de informações, desenvolver pesquisas, seminários e encontros em diversos países entre profissionais e usuários da Augmentative and Alternative Communication (AAC) (MOREIRA; CHUN, 1997). A ISAAC abrange associações filiadas distribuídas em quinze países, incluindo o Brasil (KRÜGER et al., 2017).

19 Em 2005 foi fundada a Associação dos Membros Brasileiros da ISAAC com o intuito de promover o desenvolvimento da comunicação alternativa (CA) e a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência e com necessidades complexas de comunicação que experimentam dificuldades significativas de se comunicar por meio da fala (ISAAC, 2019).

20 Brasil (2004).

21 Id. ([2001] 2012).

22 Id. ([2004] 2012).

23 Krüger et al. (2017).

cação Alternativa em Campinas (2015); e VII Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa em Natal (2017).

A terminologia oficial “Augmentative and Alternative Communication – AAC” foi proposta por Lloyd e seus colaboradores.²⁴ No Brasil, a terminologia “Augmentative and Alternative Communication – AAC” vem sendo traduzida de forma heterogênea como comunicação alternativa e ampliada (CAA), comunicação alternativa e aumentativa (CAA) e comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA), sendo esta última mais comum nos periódicos nacionais da área da educação e saúde.²⁵ Apesar da expansão e consolidação da área da CSA em âmbito nacional e internacional, ainda permanece o desafio de “consagrar uma versão brasileira oficial”.²⁶

O termo “suplementar” é utilizado quando o indivíduo apresenta a fala, porém ela não é suficiente para trocas comunicativas significativas, necessitando de recursos para sua ampliação. Em contrapartida, a palavra “alternativa” refere-se à pessoa que não possui a fala e necessita de uma forma alternativa de comunicação (prancha de comunicação, comunicadores, figuras, fotos, objetos concretos, entre outros).²⁷

Considera-se importante que a terminologia adotada, “além da consagração pelo próprio uso, carregue os sentidos originais a que se propõe, bem como esteja em consonância com recomendações/políticas da área, como as propostas pela International Society for Augmentative and Alternative Communication (ISAAC)”.²⁸

Neste sentido, o termo utilizado no Brasil, “Comunicação Suplementar e/ou Alternativa (CSA)”, fundamenta-se na ideia de possibilitar à pessoa com severos distúrbios na comunicação oral e/ou escrita a interação e a aquisição de novas habilidades comunicativas e oportunidades de novas competências comunicativas. “A competência comunicativa é um direito de todos e uma capacidade fundamental para o desenvolvimento global do indivíduo e para a conquista de sua autonomia”.²⁹

24 Lloyd (1985), Lloyd e Blischak (1992).

25 Chun (2009), Berberian et al. (2009), Krüger et al. (2015, 2017), Manzini, Almeida e Martinez (2016).

26 Chun (2009, p. 70).

27 Nunes (2003), Manzini e Deliberato (2004, 2007).

28 Chun (2009, p. 69).

29 Deliberato, Nunes e Gonçalves (2017, p. 9).

REFLEXÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E/OU ALTERNATIVA E A TERAPIA OCUPACIONAL

O ser humano é “um ser ocupacional”³⁰ com direito a participar da sociedade nas diversas ocupações relacionadas aos aspectos sociais, históricos, políticos, culturais, de saúde e educação.³¹

Para compreender a CSA como um recurso terapêutico que pode favorecer o engajamento ocupacional, deve-se levar em consideração a ocupação como foco central de atuação do terapeuta ocupacional.³² “A ocupação é composta de ações com propósitos e significados, nas quais as pessoas se engajam no cotidiano e estruturam suas vidas”.³³ Polatajko, Townsend e Craik³⁴ afirmam que o engajamento é um resultado da relação interdependente e dinâmica entre a pessoa, a ocupação e o meio ambiente.

Na Terapia Ocupacional, as ocupações incluem as Atividades Básicas de Vida Diária (ABVDs), as Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), o sono e o descanso, o brincar, o trabalho, o lazer, a participação social e a educação.³⁵ Entre as AIVDs, encontram-se as atividades relacionadas com o gerenciamento da comunicação. No artigo “Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo”, o gerenciamento da comunicação foi descrito como a atividade de

enviar, receber e interpretar uma informação usando uma variedade de sistemas e equipamentos, incluindo ferramentas para a escrita, telefones (celulares ou smartphones), teclados, gravador audiovisual, computadores ou tablets, pranchas de comunicação, luzes de chamada, sistemas de emergência, escrita em Braille, dispositivos de telecomunicação para surdos, sistema de comunicação aumentativa e assistente pessoal digital.³⁶

30 Riego (2005), Pontes e Polatajko (2016).

31 Hocking (2000).

32 AOTA (2009, 2014).

33 Costa et al. (2017, p. 650).

34 Polatajko, Townsend e Craik (2007).

35 AOTA (2015).

36 Id., p. 20.

Neste sentido, as limitações na comunicação oral e/ou escrita ocasionam dificuldades na realização de diversas áreas do desempenho ocupacional como educar-se, trabalhar, brincar e participar socialmente, impossibilitando o ato de experimentar sensações novas, de interagir com as outras pessoas, de explorar e descobrir o ambiente.³⁷ O papel do terapeuta ocupacional é reinserir o sujeito visando à ocupação em contextos de vida.³⁸ O terapeuta ocupacional cria uma interface entre a tecnologia e o usuário, sendo responsável pela avaliação, seleção, aquisição ou confecção do recurso, sua customização e o treinamento do usuário, sua família, cuidadores e demais membros da equipe.³⁹

Segundo Pelosi, o trabalho do terapeuta ocupacional na comunicação alternativa pode ser realizado

nas escolas, como facilitador do processo de inclusão escolar; na clínica, como auxiliar no processo de habilitação ou reabilitação; nos hospitais, no trabalho com os pacientes com possibilidades temporárias ou permanentes de comunicação e em especial dentro das Unidades de Terapia Intensiva e no processo de reabilitação profissional (...).⁴⁰

A atuação da terapia ocupacional com CSA fica potencializada quando o foco recai nas atividades significativas dos diferentes contextos de desenvolvimento humano com o intuito de promover o engajamento ocupacional.⁴¹

Pesquisadores da Terapia Ocupacional têm investido em programas de intervenção para pessoas com desordens comunicativas com o intuito de realizar o engajamento nas atividades cotidianas,⁴² minimizar as desordens comunicativas que afetam o desempenho ocupacional,⁴³ promover independência e autonomia nos contextos

37 Peres (2009).

38 AOTA (2009).

39 CAOT ([2012] 2018).

40 Pelosi (2007, p. 467).

41 Batorowicz (2015, 2017).

42 Cameron e Markowicz (2009).

43 Costigan e Newell (2009).

da vida diária,⁴⁴ aumentar as habilidades comunicativas,⁴⁵ favorecer a performance ocupacional de pessoas com distúrbios severos na comunicação oral e escrita.⁴⁶

Para realizar procedimentos de intervenção na área da comunicação alternativa, é necessário realizar uma avaliação com a pessoa e o contexto em que ela está inserida. Pesquisadores nacionais da área da comunicação alternativa como Pelosi, Deliberato, Deliberato e Manzini, Enumo e Paula, Limongi, Araújo, Braccialli e Deliberato, Rocha, Deliberato e Araújo⁴⁷ destacam a importância da realização da avaliação dos aspectos físicos, clínicos, ocupacionais e desenvolvimentais. A literatura supracitada possibilitou Manzini, em uma perspectiva biológica do desenvolvimento, realizar um levantamento dos itens que devem ser levados em consideração durante uma avaliação:

- (1) Idade, diagnóstico, história social e cultural da criança;
- (2) habilidades motoras da criança (flexão/ extensão de membros superiores, pronosupinação de antebraço, reflexos e espasmos, tipo de preensão, controle postural, amplitude de movimento, coordenação motora grossa e fina, força e resistência);
- (3) habilidades comunicativas da criança (a criança consegue comunicar: dor, alegria, tristeza, vontade de ir ao banheiro, beber água e comer; a criança faz uso de: gestos, expressões faciais, olhares, movimentos corporais, vocalizações, verbalizações, choro, sorriso, repertório linguístico);
- (4) habilidades perceptivas e cognitivas da criança (compreensão, expressão, nível de escolaridade, fase de alfabetização, complexidade, tamanho e coloração da figura, disposição da figura na folha/prancha, necessidade da utilização de objetos concretos);
- (5) local onde o recurso será utilizado (casa, escola, supermercado, igreja, atendimento de fisioterapia/terapia

44 Pelosi (2017).

45 Manzini (2013, 2017).

46 AOTA (2014).

47 Pelosi (2005, 2009), Deliberato ([2005] 2015), Deliberato e Manzini (2006), Enumo e Paula (2007), Limongi (2009), Araújo, Braccialli e Deliberato (2009), Rocha, Deliberato e Araújo (2015).

ocupacional/fonoaudiologia); (6) características do recurso (tamanho do recurso, prancha de rotina, coletiva, individual, fixa, desmontável, temática, recursos de baixa ou alta tecnologia assistiva); (7) tipos de materiais a serem utilizados (EVA, papel-cartão, papel contact, velcro, placa de madeira ou metal, ímã); (8) com quem a criança utilizará o recurso (pais, professores, amigos, comunidade em geral) e com qual objetivo o recurso será utilizado (ensino em sala de aula, comunicação entre amigos, comunicação entre familiares, atividades de rotina); (9) desejos, vontades, motivação, interesse, capacidades, potencialidades e necessidades da criança e dos interlocutores; (10) rotina, papel ocupacional, atividades de lazer e significativas, e o brincar.⁴⁸

A avaliação é considerada essencial e o primeiro passo desse processo, pois por meio das informações e de reflexões serão elaborados, confeccionados e implementados os recursos de comunicação alternativa. As pessoas envolvidas com os diferentes contextos do usuário de comunicação alternativa também precisam de treinamento para a efetivação significativa desses recursos.⁴⁹

A intervenção do terapeuta ocupacional na área da CSA pode dialogar com a prática baseada na ocupação e centrada no cliente, pressupostos teóricos advindos do campo da Terapia Ocupacional com forte influência canadense:

A prática baseada na ocupação e a atuação centrada no cliente são características inter-relacionadas e complementares. Ambas são práticas baseadas em evidências que promovem melhora na participação, funcionalidade e autoeficácia de clientes quando comparadas a intervenções tradicionais, orientadas pelo processo médico-curativo. Tais melhorias

48 Manzini (2017, p. 9-10).

49 Delgado (2010), Nunes e Schirmer (2017).

apoiam não apenas a adoção de um ponto de vista baseado na ocupação e centrado no cliente, mas também sugerem sua importância para a identificação das necessidades apresentadas pelo cliente, durante o planejamento e condução de intervenções terapêuticas e a própria compreensão sobre a ocupação. Além disto, tais abordagens são baseadas em conceitos que refletem os valores centrais da Terapia Ocupacional: uma perspectiva centrada na ocupação que respeita as escolhas do cliente, suas metas e valores, promovendo e habilitando o engajamento em ocupações significativas.⁵⁰

Nesta direção, King, Batorowicz e Shepherd⁵¹ consideram a prática centrada no cliente e na família essenciais para a intervenção com a CSA. As autoras relatam que é necessário entender as necessidades, preferências e prioridades da família, bem como envolver os pais no processo de intervenção. Neste sentido, as estratégias de intervenção do terapeuta ocupacional (TO) devem otimizar o senso de controle, significado e engajamento dos clientes. Para Martinez, “numa perspectiva sistêmica, o engajamento das pessoas em ocupações significativas favorece seu próprio desenvolvimento, traz impactos nos subsistemas nos quais estão inseridas, promove a saúde, contribui para seus processos formativos e, conseqüentemente, para uma vida digna em sociedade”.⁵²

Para além da prática baseada na ocupação, centrada no cliente e na família, Batorowicz⁵³ e Batorowicz e colaboradores⁵⁴ descreveram que é essencial que a intervenção seja direcionada para os ambientes e aos diferentes contextos sociais. Esta estratégia de intervenção ambiental concede oportunidades, apoios e recursos contínuos para que a criança, jovem e/ou adulto com dificuldades na comunicação participem e se engajem ativamente nas atividades sociais da escola e da comunidade.

50 Pontes e Polatajko (2016, p. 410).

51 King, Batorowicz e Shepherd (2008).

52 Martinez (2018, p. 717).

53 Batorowicz (2017).

54 Batorowicz et al. (2016).

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS INTERLOCUTORES PARA A PROMOÇÃO DO USO DA COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E/OU ALTERNATIVA

As pesquisas sobre CSA apresentam uma interlocução entre a área prática e a teórica que pode estar presente nos diferentes ciclos de vida⁵⁵ e nos diversos *territórios*⁵⁶ – contextos clínico, domiciliar, escolar, hospitalar, universitário e de trabalho.⁵⁷ Estes contextos podem promover situações interacionais básicas, estáveis e significativas.⁵⁸

Para a promoção de interações significativas, o interlocutor deve mediar uma conversa, promover desenvolvimento de novas habilidades comunicativas quando interage com pessoas com dificuldade na comunicação oral⁵⁹ e atentar-se para as diferentes trocas comunicativas das pessoas não falantes para atribuir significado a elas.⁶⁰

É de especial relevância o trabalho conjunto entre os diferentes parceiros de comunicação (profissionais da área da educação, saúde e familiares) e pessoas não falantes. Nunes e Schirmer relataram que, para “garantir direitos comunicativos para pessoas não oralizadas, é necessário ofertar recursos de comunicação alternativa e formação para os interlocutores com o intuito de que estes acolham e respondam as mensagens das pessoas tornando essa interação efetiva e significativa”.⁶¹

Na perspectiva de ofertar recursos e formação para os interlocutores, Rodrigues, Moreira e Lerner⁶² ressaltaram a importância de descrever a atuação e a responsabilidade dos interlocutores nos diversos contextos sociais.

Dentre as responsabilidades do professor no ambiente escolar, este interlocutor tem o comprometimento de propiciar ações para o ensino do conteúdo pedagógico, ofertar vocabulário diferenciado e propiciar a aprendizagem pela leitura.⁶³

55 Chun et al. (2015).

56 Eixo temático apresentado no VI Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa – ISAAC-Brasil.

57 Chun, Reily e Moreira (2015).

58 Deliberato e Sameshima (2007).

59 Guarda e Deliberato ([2006] 2015), Light e McNaughton (2012, 2014).

60 Deliberato (2010).

61 Nunes e Schirmer (2017, p. 72).

62 Rodrigues, Moreira e Lerner (2012).

63 Id. *ibid.*, Nunes et al. ([2012] 2015), Deliberato (2017).

Os interlocutores do contexto clínico, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta e/ou fonoaudiólogo, têm o papel de promover ações avaliativas considerando as habilidades, vontades e necessidades do paciente, bem como planejar, programar, organizar e estruturar intervenções significativas para que a CSA se desenvolva.⁶⁴

O microsistema familiar deve proporcionar interações positivas, organização de rotinas, ambiente estimulante e desenvolvimento da linguagem.⁶⁵

Os recursos fornecidos aos principais interlocutores dos contextos de vida diária são fundamentais para propiciar desempenho do repertório comunicativo e suporte ao desenvolvimento da comunicação suplementar e alternativa.⁶⁶

Manzini considera que “todos, a princípio, podem se constituir como potenciais interlocutores e colaborar durante a implementação da comunicação alternativa”.⁶⁷ A parceria dos familiares com os profissionais da educação e da saúde pode promover ações de manutenção, reforço, generalização e propagação do uso da CSA em diferentes contextos e com diversificados interlocutores.

Neste capítulo, buscou-se apresentar potencialidades, experiências e desafios da Terapia Ocupacional no uso da CSA em contextos de vida diária. Verifica-se que se trata de um campo de ação multiprofissional cujas pesquisas têm propiciado um avanço nas tecnologias de intervenção. Muito ainda pode ser desenvolvido para as aplicações da CSA nos diversos contextos de vida diária das pessoas com necessidades complexas de comunicação a partir da ação da terapia ocupacional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Official documents: providing occupational therapy using sensory integration theory and methods in school-based practice. *American Journal of Occupational Therapy*, Nova York, v. 63, n. 6, p. 823-842, 2009.

64 Rodrigues, Moreira e Lerner (2012), Christovam e Cia ([2013] 2015), Manzini, Assis e Martínez (2013).

65 Christovam e Cia ([2013] 2015), Deliberato (2017).

66 Von Tetzchner (2009).

67 Manzini (2017, p. 10).

_____. Occupational therapy practice framework: domain and process. *American Journal of Occupational Therapy*, Nova York, v. 68, p. 1-48, 2014.

_____. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 26, ed. esp., p. 1-49, 2015.

AMERICAN SPEECH LANGUAGE HEARING ASSOCIATION (ASHA). Competencies for speech-language pathologists providing services in augmentative communication. *ASHA*, Washington, DC, v. 31, n. 3, p. 107-110, 1989.

ARAÚJO, R. C. T.; BRACCIALI, L. M. P.; DELIBERATO, D. A comunicação alternativa como área de conhecimento nos cursos de educação e da saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, 3., 2009, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 275-284.

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS BRASILEIROS DA ISAAC (ISAAC). *Estatuto*. Disponível em: <http://www.isaacbrasil.org.br/estatuto.html>. Acesso em: 1 out. 2019.

BATOROWICZ, B. *Social context, participation, and goal-oriented communicative interaction of school aged children with motor impairments who use augmentative and alternative communication: voice and choice*. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Filosofia), McMaster University, Hamilton, 2015.

_____. Contribution of technology to communication quality: research and practices. In: DELIBERATIO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES, M. J. (org.). *Trilhando juntos a comunicação alternativa*. Marília: APBEE, 2017. p. 31-46.

BATOROWICZ, B. *et al.* An integrated model of social environment and social context for pediatric rehabilitation. *Disability and Rehabilitation*, Abingdon, v. 38, n. 12, p. 1204-1215, 2016.

BERBERIAN, A. P. *et al.* A produção do conhecimento em fonoaudiologia em comunicação suplementar e/ou alternativa: análise de periódicos. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 258-266, 2009.

BERSCH, R.; SCHIRMER, C. R. Speaking dynamically pro: recurso para comunicação efetiva e atividades educacionais, por meio do computador. In: NUNES, L. R. D. P.; PELOSI, M. B.; GOMES, M. R. (org.). *Um retrato da comunicação alternativa no Brasil: relatos de pesquisas e experiências*. Rio de Janeiro: 4 Pontos Studio Gráfico e Papéis, 2007. p. 271-276.

BRASIL. Parecer nº 17, de 3 julho de 2001. Estabelece diretrizes nacionais para a educação Especial na educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF,

seção 1, p. 46, 17 ago. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 5, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. Comitê de Ajudas Técnicas (CAT). *Ata da Reunião VII do Comitê de Ajudas Técnicas*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, CORDE/SEDH/PR, dez. 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/comite.asp>. Acesso em: 31 jan. 2012.

CAMERON, D.; MARKOWICZ, L. Augmentative and alternative communication: international perspective. *OT Now*, Ottawa, v. 11, n. 1, p. 12-14, 2009.

CANADIAN ASSOCIATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS (CAOT). *CAOT Position statement assistive technology and Occupational Therapy*. Ottawa, 2012. Disponível em: <https://caot.in1touch.org/document/3655/assistivetechology.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

CHRISTOVAM, A. C. C.; CIA, F. O envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 4, p. 563-582, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n4/v19n4a07.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CHUN, R. Y. S. Questões de linguagem na comunicação suplementar e/ou alternativa. In: LACERDA, C. B. F.; PANHOCA, I. (org.). *Tempo de fonoaudiologia III*. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2002. p. 73-98.

_____. Comunicação suplementar e/ou alternativa: abrangência e peculiaridades dos termos e conceitos em uso no Brasil. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, Barueri, v. 21, n. 1, p. 69-74, 2009.

CHUN, R. Y. S. *et al.* Análise da produção dos congressos brasileiros de comunicação suplementar e/ou alternativa: tendências e perspectivas. *Informática na educação: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 63-76, 2013.

_____. Comunicação suplementar e/ou alternativa no Brasil: ampliação de territórios e saberes científicos e locais. *In: CHUN, R. Y. S.; REILY, L.; MOREIRA, E. C. Comunicação alternativa: ocupando territórios*. São Carlos: Marquezine & Manzini/ABPEE, 2015. p. 17-37.

CHUN, R. Y. S.; REILY, L.; MOREIRA, E. C. *Comunicação alternativa: ocupando territórios*. São Carlos: Marquezine & Manzini/ABPEE, 2015.

COSTA, E. F. *et al.* Ciência ocupacional e Terapia Ocupacional: algumas reflexões. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 650-663, 2017.

COSTIGAN, F. A.; NEWELL, K. M. An analysis of constraints on access to augmentative communication in cerebral palsy. *Can. J. Occup. Ther.*, Ottawa, v. 76, n. 3, p. 153-161, 2009.

DELGADO, S. M. M. *Avaliação das habilidades de compreensão e expressão em criança com paralisia cerebral através do uso da comunicação alternativa: contribuições para uma investigação transcultural*. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DELIBERATO, D. *Comunicação alternativa: recursos e procedimentos utilizados no processo de inclusão do aluno com severo distúrbio na comunicação*. 2005. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%204/comunicacaoalternativa.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

_____. *Caracterização das habilidades expressivas de um aluno usuário de comunicação alternativa durante intervenção fonoaudiológica*. 2010. 178 f. Tese (Livre-Docência em Educação), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2010.

_____. Comunicação alternativa na educação infantil: instrumentos para aquisição de competências do aluno com deficiência. *In: DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES, M. J. (org.). Trilhando juntos a comunicação alternativa*. Marília: ABPEE, 2017. p. 77-95.

DELIBERATO, D.; MANZINI, E. J. Fundamentos introdutórios em comunicação suplementar e/ou alternativa. *In: GENARO, K. F.; LAMÔNICA, D. A. C.; BEVILACQUA, M. C. (org.). O processo de comunicação: contribuição para a*

formação de professores na inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais. São José do Campos: Pulso, 2006. p. 243-254.

DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES, M. J. (org.). *Trilhando juntos a comunicação alternativa*. Marília: APBEE, 2017.

DELIBERATO, D.; SAMESHIMA, F. S. Habilidades comunicativas utilizadas por um grupo de alunos não falantes durante atividade de jogo. In: NUNES, L. R. D. P.; PELOSI, M. B.; GOMES, M. R. (org.). *Um retrato da comunicação alternativa no Brasil: relatos de pesquisas e experiências*. Rio de Janeiro: 4 Pontos Studio Gráfico e Papéis, 2007. p. 118-122.

ENUMO, S. R. F.; PAULA, K. M. P. Avaliação cognitiva assistida em crianças na situação de intervenção com sistemas de CAA. In: NUNES, L. R. D. P.; PELOSI, M. B.; GOMES, M. R. (org.). *Um retrato da comunicação alternativa no Brasil: relatos de pesquisas e experiências*. Rio de Janeiro: 4 Pontos studio gráfico e papéis, 2007. p. 148-159.

GUARDA, N. S.; DELIBERATO, D. Caracterização dos enunciados de um aluno não falante usuário de recurso suplementar de comunicação durante a construção de histórias. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 12, n. 2, p. 269-288, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382006000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 27 maio 2015.

HOCKING, C. Occupational science: a stock take of accumulated insights. *Journal of Occupational Science*, Londres, v. 7, n. 2, p. 58-67, 2000.

KING, G.; BATOROWICZ, B.; SHEPHERD, T. A. Expertise in research-informed clinical decision making: working effectively with families of children with little or no functional speech. *Evidence-based Communication Assessment and Intervention*, Boston, v. 2, n. 2, p. 106-116, 2008.

KING, T. W. *Assistive technology: essential human factors*. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

KRÜGER, S. I. *et al.* Bibliometric analysis of the scientific production on AAC: a survey in Scopus database. In: THE COMMUNICATION MATTERS NATIONAL AAC CONFERENCE, 2015, Leeds. *Proceedings* [...]. Leeds, 2015.

_____. Delimitação da área denominada comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA). *Rev. CEEAC*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 265-276, 2017.

LET ME TALK. *Software de comunicação alternativa*. Disponível em: <http://www.letmetalk.info/>. Acesso em: 12 out. 2018.

LIGHT, J.; McNAUGHTON, D. The changing face of augmentative and alternative communication: past, present, and future challenges. *Augmentative and Alternative Communication*, Abingdon, v. 28, n. 4, p. 197-204, 2012.

_____. Putting people first: re-thinking the role of technology in augmentative and alternative communication intervention. *Augmentative and Alternative Communication*, Abingdon, v. 29, n. 4, p. 299-309, 2013.

_____. Communicative competence for individuals who require augmentative and alternative communication: a new definition for a new era of communication? *Augmentative and Alternative Communication*, Abingdon, v. 30, n. 1, p. 1-18, 2014.

_____. Designing AAC research and intervention to improve outcomes for individuals with complex communication needs. *Augmentative and Alternative Communication*, Abingdon, v. 31, n. 2, p. 85-96, 2015.

LIMONGI, S. C. O. Instrumentos de avaliação na Comunicação Alternativa. In: DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MACEDO, E. C. (org.). *Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 158-162.

LLOYD, L. L. Comments on terminology. *Augmentative and Alternative Communication*, Abingdon, v. 1, n. 4, p. 95-97, 1985.

LLOYD, L. L.; BLISCHAK, D. AAC terminology policy and issues update. *Augmentative and Alternative Communication*, Abingdon, v. 8, n. 2, p. 104-109, 1992.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. *Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos para a comunicação alternativa*. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004.

_____. *Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos II*. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007.

MANZINI, M. G. *Efeito de um programa de comunicação alternativa para a capacitação de mães de crianças com paralisia cerebral não verbal*. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

_____. *Comunicação alternativa para crianças com paralisia cerebral não verbais*: programa de intervenção para contextos de vida diária. 2017. 188 f. Tese (Doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MANZINI, M. G.; ALMEIDA, M. A.; MARTINEZ, C. M. S. Análise da produção científica brasileira no campo da comunicação suplementar e/ou alternativa. *Teias*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 173-190, 2016.

MANZINI, M. G.; ASSIS, C. P.; MARTINEZ, C. M. S. Contribuições da Terapia Ocupacional na área da comunicação suplementar e/ou alternativa: análise de periódicos da Terapia Ocupacional. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 59-73, 2013.

MARTINEZ, C. M. S. Construção de um percurso acadêmico singular e seus diálogos com a Terapia Ocupacional. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 26, n. 3, p. 710-719, 2018.

MOREIRA, E. C.; CHUN, R. Y. S. Comunicação suplementar e/ou alternativa: ampliando possibilidades de indivíduos sem fala funcional. *In*: LACERDA, C. B. F.; PANHOCA, I. (org.). *Tempo de fonoaudiologia*. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997. p. 139-175.

NUNES, D. A. *et al.* Ensino informatizado de leitura em contexto de educação informal. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, Belém, v. 8, n. 2, p. 47-58, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/viewFile/1921/2344>. Acesso em: 7 jul. 2015.

NUNES, L. R. D. P. E se não podemos falar? A comunicação alternativa para portadores de distúrbios da fala. *Consciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 12-13, 1999.

_____. *Comunicação alternativa*: favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

NUNES, L. R. D. P.; SCHIRMER, C. R. Trilhando juntos a comunicação alternativa. *In*: DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES, M. J. (org.). *Trilhando juntos a comunicação alternativa*. Marília: ABPEE, 2017. p. 63-74.

OMOTE, S. A deficiência e a família. *In*: MARQUEZINE, M. C. *et al.* (org.). *O papel a família junto ao portador de necessidades especiais*. Londrina: EDUEL, 2003. p. 15-18.

PELOSI, M. B. *A comunicação alternativa e ampliada nas escolas do Rio de Janeiro: formação de professores e caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais*. 2000. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O papel do terapeuta ocupacional na tecnologia assistiva. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 13, n. 1, p. 39-63, 2005.

_____. Comunicação alternativa e suplementar. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 462-468.

_____. Tecnologias em comunicação alternativa sob o enfoque da Terapia Ocupacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, 3., 2009, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 163-173.

_____. Pesquisas em comunicação alternativa no Brasil: participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: NUNES, L. R. D. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (org.). *Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa*. Marília: ABPEE, 2011. p. 125-138.

_____. A comunicação alternativa na clínica de terapia ocupacional com crianças. In: DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES, M. J. (org.). *Trilhando juntos a comunicação alternativa*. Marília: ABPEE, 2017. p. 303-318.

PELOSI, M. B. *et al.* Easy board: a new approach to the production of alternative communication boards. In: BIENNIAL CONFERENCE OF INTERNATIONAL SOCIETY FOR AUGMENTATIVE AND ALTERNATIVE COMMUNICATION (ISAAC), 17., 2016, Toronto. *Proceedings [...]*. Toronto: ISAAC, 2016.

PERES, A. A importância da comunicação suplementar e alternativa no processo de reabilitação de crianças e adultos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, 3., 2009, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 78-86.

POLATAJKO, H. J.; TOWNSEND, E. A.; CRAIK, J. Canadian model of occupational performance and engagement (CMOP-E). In: TOWNSEND, E. A.; POLATAJKO, H. J. (ed.). *Enabling occupation II: advancing an occupational therapy vision of health, well-being, & justice through occupation*. Ottawa: CAOT Publications, 2007. p. 22-36.

PONTES, T. B.; POLATAJKO, H. Habilitando ocupações: prática baseada na ocupação e centrada no cliente na Terapia Ocupacional. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 403-412, 2016.

REILY, L. Sobre como o sistema Bliss de comunicação foi introduzido no Brasil. In: NUNES, L. R. D. P.; PELOSI, M. B.; GOMES, M. R. (org.). *Um retrato da comunicação alternativa no Brasil: relatos de pesquisas e experiências*. Rio de Janeiro: 4 Pontos Studio Gráfico e Papéis, 2007. p. 19-45.

RIEGO, S. S. El ser humano como ser ocupacional. *Rehabilitación*, Madri, v. 39, n. 5, p. 195-200, 2005.

ROCHA, A. N. D. C.; DELIBERATO, D.; ARAÚJO, R. C. T. Procedimentos para a prescrição dos recursos de tecnologia assistiva para alunos da educação infantil com paralisia cerebral. *Revista de Educação Especial*, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 691-707, 2015.

RODRIGUES, I. B.; MOREIRA, L. E. V.; LERNER, R. Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 14, p. 70-83, 2012.

SANTAROSA, L. M. C. *et al. Tecnologias digitais acessíveis*. Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.

VON TETZCHNER, S. *Augmentative and alternative communication: assessment and intervention – a functional approach*. Theoretical aspects. Department of Psychology, University of Oslo, Noruega, 1997. Manuscrito não publicado.

_____. Suporte ao desenvolvimento da comunicação suplementar e alternativa. In: DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MACEDO, E. C. (org.). *Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. p. 14-25.

VON TETZCHNER, S. *et al.* Inclusão de crianças em educação pré-escolar regular utilizando comunicação suplementar e alternativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 2, p. 151-184, 2005.

VON TETZCHNER, S.; MARTINSEN, H. *Introdução à comunicação aumentativa e alternativa*. Porto: Porto Editora, 2000.